

Cabral quer ver Carta pronta dia 9 de julho

Relator acelera os trabalhos de revisão mas prevê mais polêmicas até fim do 2º turno

Para acelerar os trabalhos na Constituinte, o relator Bernardo Cabral pretende reduzir à metade o tempo de que dispõe para elaborar a redação do texto que está sendo aprovado pela Assembléia Nacional. Como forma de ganhar tempo, esse trabalho que deveria ter início após a votação do primeiro turno, já está com mais de meio caminho andado pois, dos oito títulos, Cabral já revisou seis deles. O relator considera interessante o dia 9 de julho para ver promulgada a nova Constituição porque lembra a data de 9 de julho de 1932, quando ocorreu a revolução constitucionalista, em São Paulo, em favor de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Bernardo Cabral acredita que o mesmo clima de emoção que dominou esta primeira fase dos trabalhos deverá se repetir no segundo turno de votações, quando várias emendas tentando suprimir determinadas conquistas, deverão ser apresentadas. Mas o relator prefere não falar a respeito e vai aguardar o encaminhamento dessas emendas, para só então, emitir qualquer posição. Ele, na

qualidade de relator, poderá acolhê-las ou não.

De qualquer forma, assegura que, durante o segundo turno, todas as imperfeições e erros cometidos até agora, serão eliminados, "até pela coerência que o texto constitucional deverá manter na sua organicidade".

Nesta entrevista exclusiva ao Correio, Bernardo Cabral fala da dramática situação vivida em momentos em que o texto cai no chamado buraco negro". E nessa hora que todas as atenções estão voltadas para o relator que precisa, de uma forma ou de outra, encontrar solução para o impasse. Esta é uma circunstância que Bernardo Cabral espera que não ocorra durante a votação do mandato do presidente José Sarney.

Cabral também comenta processo de elaboração de leis complementares, fase posterior aos trabalhos de Constituinte. Ele também defendeu a realização de eleições municipais este ano e falou de suas expectativas sobre o texto da futura Carta Magna do País.

EUGÊNIO NOVAES



Cabral está organizando o trabalho de revisão

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

Como está sendo seu trabalho de revisão do texto já aprovado?

A revisão do trabalho já está ultimada até o artigo 198, que corresponde à seção dos orçamentos. Falta ainda revisar o Título da Ordem Econômica e Financeira e o Título da Ordem Social. Ou seja, dos oito títulos, já revisei seis, compreendendo esses 198 artigos. O artigo 199 é o primeiro da Ordem Econômica. É preciso lembrar que estou realizando este trabalho na companhia dos relatores-adjuntos, deputado Konder Reis, senador José Fogaça e deputado Adolpho Oliveira, além de assessores da Câmara e do Senado. Há também o auxílio do Prodasen, pois sem ele seria impossível o trabalho. Na verdade, estou meantendendo ao que deveria ser feito somente após a conclusão do primeiro turno.

E quando o sr. acredita que o primeiro turno terminará?

Há probabilidade do primeiro turno encerrar em 10 de junho. A partir do encerramento, terei um prazo de sete dias para redação do chamado "vencido", seguindo-se um prazo de 24 horas para publicação dessa redação. Depois, será aberto um prazo de cinco dias para a discussão e a apresentação de emendas — supressivas, de contradição, de erros e de linguagem. Teremos mais 24 horas para publicação. A partir daí, terei cinco dias para apresentar parecer sobre essas últimas emendas. Publicado o parecer sobre toda a matéria, será esta levada ao plenário para votação.

O sr. irá consumir todos os sete dias previstos no regimento, para apresentar a redação do texto já aprovado? O líder Mário Covas disse que esse prazo pode

ser reduzido mesmo porque, o sr. já está antecipando seu trabalho.

Não pretendo utilizar todo esse prazo. Devo reduzi-lo à metade.

O deputado Francisco Dornelles defendeu um período de pelo menos quinze dias, entre o primeiro e o segundo turno para se abrir espaço para negociações em torno das emendas supressivas. O sr., portanto, desconsidera essa proposta.

A considerar a proposta do constituinte Francisco Dornelles, haveria uma contradição se com ele concordasse, porque, à custa do meu sacrifício, pretendo não utilizar o prazo que o regimento confere ao relator tanto na redação final, que é de sete dias, quanto no parecer sobre as emendas que serão votadas no segundo turno — um prazo de cinco dias. Vale dizer: dos 12 dias, farei tudo o que for possível para reduzi-los

à metade, mesmo que isso represente as 20 horas de trabalho diário que estou desenvolvendo.

Quando o segundo turno irá começar...

...espero que o segundo turno comece na última semana de junho e, ainda assim, com todo o encurtamento, os trabalhos nunca estariam ultimados antes da primeira quinzena de julho.

E as férias que há pouco o sr. se referiu?

E evidente que não teremos todo o mês de julho. Não dá. Espero que, pelo menos, a metade do recesso parlamentar seja aproveitado.

Na sua opinião, quando a constituição deverá estar promulgada?

Seria interessante que estivesse pronta na primeira semana de julho, por exemplo no dia 9. É porque esse dia lembra a revolução constitucionalista de 9 de julho de 1932, que irrompeu em São Paulo, ocasião em

que se reclamou do então ditador Getúlio Vargas, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que só veio ocorrer em 1934.

Como será o trabalho da chamada Comissão de Redação Final?

Por volta da segunda semana de junho, o presidente Ulysses Guimarães deverá convocar todos os integrantes da Comissão de Redação Final para uma reunião sobre o material que está sendo por mim remetido aos mesmos.

Quer dizer que, no momento, a Comissão está acompanhando o seu trabalho.

Está acompanhando, mas isoladamente. Os membros recebem o material, de forma particular, para que, quando vierem para essa reunião, já tragam seus pontos de vista, suas sugestões.

Quando começa, de fato, o trabalho da Comissão?

A Comissão de Redação Final só começa seu trabalho depois de terminada a última votação do segundo turno.

E depois disso?

Apresentada a redação final, será ela publicada no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, a fim de ser incluída na Ordem do Dia para votação em turno único, no prazo de 24 horas.

O sr. acha que as votações no segundo turno apresentarão muitas disputas, muitos embates? Será a fase decisiva dos trabalhos.

Tenho a impressão de que no segundo turno, as discussões não perderão os instantes de emoção que nortearam essa primeira fase. Até porque, se comenta que algumas conquistas tentarão ser suprimidas, como limitação dos juros bancários em 12 por cento a o ano, licença-paternidade e outras.

Como relator, que deverá apreciar essas emendas, qual deverá ser sua posição? Como o sr. vê essa questão?

Por enquanto não posso emitir nenhum juízo de valor porque não sei que tipo de emenda será apresentada e qual seu porte para sua sustentação. Melhor caminho a seguir será tomar conhecimento de todo o elenco e, a partir daí, uma decisão que sirva de roteiro para as emendas que sejam eventualmente semelhantes ou repetitivas.

Como o sr. vê a possibilidade de algumas matérias, já aprovadas, na prática não serem auto-aplicáveis. A questão do sangue, por exemplo, que os constituintes vedaram sua comercialização. O Ministro da Saúde já afirmou que não há condições do País cumprir essa medida.

Outra questão, levantada pelo deputado Delfin Netto, quando da votação do Meio Ambiente. Segundo ele, criou-se um impasse ao determinar que a floresta Amazônica é patrimônio nacional, porque a floresta

também pertence a outros países, como a Bolívia.

Isso só pode ser uma ironia. O texto constitucional, pela sua obviedade, só terá aplicação dentro das suas fronteiras, não podendo ditar comportamento para seus países limítrofes. A floresta Amazônica diz respeito à floresta brasileira e não ao as das outras Amazônias dos países estrangeiros. A questão do sangue, tenho a impressão de que será corrigida no segundo turno. As imperfeições cometidas no primeiro turno — isto vale para todas — sofrerão correção por ocasião do segundo turno até pela coerência que o texto constitucional deverá manter na sua organicidade. Se, no primeiro turno foram cometidos erros, omissões ou contradições, será possível repará-los nesta segunda fase.

Terminado o trabalho constituinte, os parlamentares iniciam nova fase, desta vez, na elaboração de leis complementares e ordinárias. Como será esse trabalho? Fala-se, inclusive, que estaria sendo criada uma comissão para analisar previamente, e coordenar esse trabalho.

Desconheço se estará sendo criada essa comissão, o que, de resto, será necessária. De qualquer forma, já entreguei ao presidente Ulysses Guimarães todas as remissões às leis complementares e ordinárias, inclusive por assuntos, até o artigo 253.

Como o sr. prevê essa fase? Como se darão as relações de força no Congresso? É possível avançar ainda mais, na regulamentação das leis, em questões especialmente ligadas à Ordem Social e Econômica?

Uma fase menos árdua, à vista de estarem os constituintes mais próximos de suas convicções político-partidárias e, portanto, alojados em um campo menos minado de pressões. Penso, por isso, que os "avanços" deverão ser mantidos. Pelo menos, aqueles que resultaram de

acordo entre as lideranças, para as quais costuma ser assunto sagrado.

O sr. acredita na possibilidade de um buraco negro quando da votação do mandato do presidente José Sarney?

Espero que tal não ocorra, mas, se vier a acontecer a saída será encontrada.

Como o sr. se sente nestes momentos em que ocorrem o buraco negro? Na qualidade de relator, num primeiro momento, as atenções se voltam para o sr. que, de uma forma ou de outra, precisa encontrar a solução. Como tem sido essa experiência?

É um instante de alta expectativa, uma vez que o relator terá de interpretar a vontade da maioria, apoiando-se em entendimentos anteriores e procurando ser o mais abrangente possível. Nesta hora, a responsabilidade chega a ser dramática, em virtude de não poder dividi-la sequer com os assessores mais próximos. Mas tem uma recompensa: quando o trabalho é aprovado pelo Plenário.

O sr. acha que o texto, até agora aprovado, corresponde àquilo que a sociedade espera dos constituintes. Há quem defenda uma outra Assembléia.

A sociedade brasileira — como um todo — vê hoje a palavra política como pejorativa. E dela faz a ilação, de que os políticos são homens mais voltados para as suas ambições pessoais do que para os interesses coletivos. O que nem sempre — é de justiça reconhecer e proclamar — representa a realidade, dada a aspiração que responde naqueles que são políticos por idealismo: o desejo de um Brasil melhor. Dessa forma, espero que o texto corresponda aos anseios da sociedade. Pensar, pois, em outra Assembléia Nacional Constituinte, agora, seria um flagrante desrespeito aos eleitores que sufragaram o nome de seus candidatos nas eleições de 86.